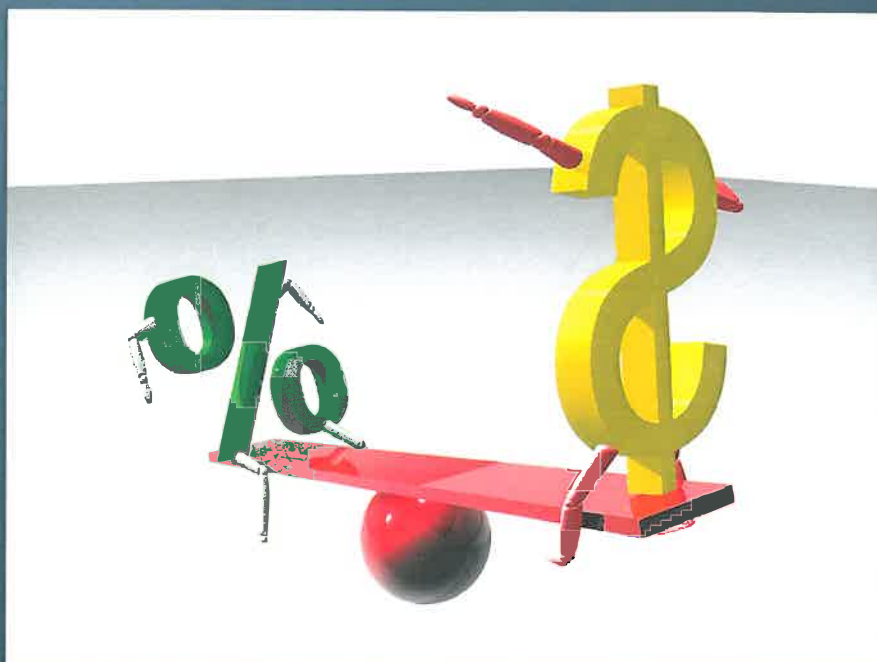




Município de Castelo de Paiva



Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014

Apresentação



Grandes Opções do Plano e Orçamento**Apresentação****Nota Introdutória**

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2014, estão orientadas e enquadradas numa política e numa estratégia de desenvolvimento sustentado, iniciado no último mandato autárquico e que terá continuidade no próximo quadriénio.

Os condicionalismos que nos são impostos, quer ao nível da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, quer da nova lei das finanças locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro) que entrará em vigor no próximo ano, estrangulam e asfixiam a gestão das Autarquias, sobretudo as da região do interior, aliados ao momento de grandes dificuldades económicas e financeiras do País, colocam-nos grandes dificuldades e, simultaneamente, desafios constantes perante a nossa ação.

No caminho de continuidade e de garantia do nosso compromisso perante a população, manteremos a firmeza de reforçar a nossa intervenção na área social, como forma de minimizar os efeitos penalizadores da crise atual.

As famílias paivenses, as empresas e os cidadãos em geral podem continuar a contar com a nossa perseverança e a máxima atenção na intervenção social.

Neste sentido, iremos manter, por opção deste Executivo Municipal, em 2014, a taxa mínima do IMI e do IMT, a isenção da derrama e a taxa de 4% na participação variável do Município no IRS.

Será no entanto de referir, que não obstante o contexto nacional desfavorável que se irá manter, o esforço financeiro com vista a concretizar as prioridades de atuação definidas no âmbito das Grandes Opções do Plano será de 6,65 milhões de euros, prevendo-se um reforço nos domínios da ação social e da educação, em especial nas iniciativas relacionadas com o "Transporte Solidário", "Cheque Farmácia", "Transporte Escolar", "Atividades Extracurriculares", "Refeições/Lanche Escolar" e "Oferta dos Manuais Escolares".

Paralelamente, será dada continuidade aos investimentos considerados de maior valia para a estratégia de desenvolvimento local e que incluem intervenções a realizar no âmbito do "Acolhimento Empresarial", da "Regeneração Urbana", do "Sistema Geral de Saneamento do Concelho", da "Requalificação do Mercado Municipal", do "Turismo", da "Criação do Parque Urbano da Quinta do Pinheiro" e da "Conservação e Manutenção da Rede Viária".

Neste contexto, para 2014, propomo-nos manter os princípios orientadores que estão subjacentes a uma política de maior proximidade, com rigor e confiança num futuro melhor para todos os paivenses.

O Presidente da Câmara,

Gonçalo Rocha

Organização e Conteúdo

A proposta de orçamento do Município de Castelo de Paiva, para o ano de 2014, obedecendo ao estabelecido no POCAL encontra-se estruturada do seguinte modo:

Grandes Opções do Plano (GOP);
Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
Plano das Atividades Mais Relevantes (PAR).

▪ As Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e o plano das actividades mais relevantes da gestão autárquica.

A organização das GOP integra, em termos de quantificação da actividade municipal:

- O Plano Plurianual de Investimentos, que perspetiva os projetos/ações com contrapartida em despesas de investimento;
- O Plano das Atividades Mais Relevantes que englobam todas as restantes despesas de Plano e que não são consideradas despesas de funcionamento corrente, nem despesas de investimento.

As GOP integram, assim, a globalidade das actividades a desenvolver no ano de 2014, incluindo os projetos/ações do PPI e as actividades consideradas mais relevantes.

Este documento permite de modo agregado por "*Objetivo*" e por "*Programa*" o conhecimento do Plano Anual de Atividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa de meios financeiros disponíveis. Os projetos/ações incluídos têm, à semelhança do PPI e PAM, ligação directa ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

i. O Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1. do D.L. nº 54-A/99. O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de quatro anos e inclui todos os projectos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão de despesa.

O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projetos/ações financiados por despesas de investimentos (código POCAL 07 – Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pelo Município de Castelo de Paiva.

A tipologia destes projetos, que permitem o tratamento plurianual, resume a parte central dos montantes anuais dispendidos na atividade municipal e correspondem à maioria das Despesas de Capital (as restantes Despesas de Capital estão incluídas no Plano das Atividades Mais Relevantes, nos Ativos e Passivos Financeiros).

ii. O Plano das Atividades Mais Relevantes

Inclue as restantes despesas da atividade do Município, com exceção das despesas incluídas no PPI e das despesas consideradas de funcionamento corrente, serviço da dívida com empréstimos e Passivos Financeiros. Deste modo, adota-se a mesma estrutura de quadros, codificações, classificações e responsáveis previstos no PPI.

Estrutura do Orçamento

A estrutura da proposta de orçamento para 2014 tem como base de organização, para além da codificação orçamental e demais quadros determinados pelo POCAL, a estrutura dos serviços (Unidades Orgânicas) em vigor no Município, obedecendo à seguinte decomposição:

- 01.01 – Assembleia Municipal
- 01.02 – Operações Financeiras
- 01.03 – Câmara Municipal

Esta estrutura valoriza a dimensão política do orçamento, e simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos serviços pela execução do seu orçamento e, consequentemente, pelos resultados a alcançar.

Apresentação Geral do Orçamento

A Proposta de Orçamento do Município de Castelo de Paiva, para o ano de 2014, continua a ser fortemente afetada pela manutenção da crise económica e pela proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2014, que condicionada pela necessidade de dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado Português no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), continua a impor medidas de contenção, com vista ao cumprimento dos limites para o défice orçamental.

Com efeito, em 2014, será ainda de salientar no que se refere à Administração Local, os condicionalismos impostos pela nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), que obriga a que seja efetuado um trabalho redobrado no reforço da consolidação financeira da Autarquia e, consequentemente no ajustamento da despesa à disponibilidade financeira efetiva do Município.

Assim, para o ano de 2014, a previsão das receitas e despesas situa-se nos **15.690.279,06 euros**, o que corresponde a uma poupança de cerca de 929 mil euros, face ao orçamento do ano anterior, como resultado do esforço de redução da despesa global em cerca de 6%.

Em termos de estrutura da receita e da despesa, verifica-se que a receita/despesa corrente representam cerca de 58% do total orçado e a receita/despesa de capital ascendem a 42%, valores muito semelhantes aos verificados no ano anterior.

Previsão das Receitas

Da receita total estimada para o ano de 2014 no montante global de 15,7 milhões de euros, prevê-se que 9,18 milhões de euros tenham origem em receita corrente e 6,52 milhões de euros em receitas de capital.

No cálculo das **Receitas Correntes**, foram consideradas:

- Receitas calculadas de acordo com a média dos últimos 24 meses (POCAL).
- Transferências correntes (participação do Município nas receitas do Estado, incluindo o FSM consignado ao financiamento de despesas associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou acção social; comparticipação da DREN de despesas com educação devidas pelas competências transferidas para os Municípios).
- Taxas e tarifas com atualização dos respetivos valores a cobrar.
- Rendimentos de propriedade
- Vendas de bens e serviços correntes.
- Outras receitas correntes.

No cálculo das **Receitas de Capital**, foram consideradas:

- Vendas de bens de investimento, pelo recurso à alienação de património, incluindo terrenos e edificado, não utilizado e não essencial às atribuições do Município.
- Transferências de capital (participação do Município nas receitas do Estado e comparticipações dos fundos comunitários relativas a projetos/candidaturas contratualizadas).
- Ativos financeiros.
- Passivos financeiros.
- Outras receitas de capital.

Em termos globais, a receita prevista reparte-se da seguinte forma:

Receitas Correntes			Receitas de Capital		
Rúbricas	2014	%	Rúbricas	2014	%
01 Impostos Diretos	1.131.975,76 €	7,2%	09 Venda de Bens de Investimento	5.669.466,04 €	36,1%
02 Impostos Indiretos	2.696,82 €	0,0%	10 Transferências de Capital	774.838,09 €	4,9%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	262.818,31 €	1,7%	11 Activos Financeiros	50.000,00 €	0,3%
05 Rendimentos de Propriedade	401.712,75 €	2,6%	12 Passivos Financeiros	- €	0,0%
06 Transferências Correntes	5.717.758,79 €	36,4%	13 Outras Receitas de Capital	20.880,00 €	0,1%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1.079.120,03 €	6,9%			
08 Outras Receitas Correntes	579.012,47 €	3,7%			
Total	9.175.094,93 €	58,5%	Total:	6.515.184,13 €	41,5%
Total Geral 2014	15.690.279,06 €	100%			

Nas previsões efetuadas para o Orçamento de 2014, continua a destacar-se o peso significativo das receitas provenientes das Transferências do Estado (cerca de 41,4%), não obstante prever-se um crescimento nas receitas de Rendimentos de Propriedade de 12,17% e um ligeiro acréscimo nas receitas fiscais de aproximadamente 2%.

Receitas Fiscais		Anos		Var. %
Rúbricas		2014	2013	
Impostos Diretos		1.131.975,76 €	1.109.211,72 €	2%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)		511.315,29 €	511.315,29 €	0,00%
Imposto Único de Circulação (IUC)		236.279,38 €	219.351,66 €	7,72%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)		384.081,09 €	378.175,14 €	1,56%
Impostos Abolidos		300,00 €	369,63 €	-18,84%
Impostos Indiretos		2.696,82 €	2.532,30 €	6,50%
Taxas, Multas e Outras Penalidades		262.818,31 €	263.194,10 €	-0,14%
Total		1.397.490,89 €	1.374.938,12 €	1,64%

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se que a receita corrente esperada apresenta um ligeiro aumento de 3%, pelo efeito conjugado do acréscimo nas rubricas de "Rendimentos de Propriedade", "Vendas de Bens e Serviços Correntes", "Impostos Diretos" e "Outras Receitas Correntes".

Receitas Correntes				Receita de Capital			
Rúbricas	2014	2013	Var. %	Rúbricas	2014	2013	Var. %
01 Impostos Diretos	1.131.975,76 €	1.109.211,72 €	2,05%	09 Venda de Bens de Investimento	5.669.466,04 €	3.217.746,76 €	76,18%
02 Impostos Indiretos	2.696,82 €	2.532,30 €	6,50%	10 Transferências de Capital	774.838,09 €	1.495.457,42 €	-48,19%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	262.818,31 €	263.194,10 €	-0,14%	11 Activos Financeiros	50.000,00 €	85.000,00 €	-23,08%
05 Rendimentos de Propriedade	401.712,75 €	359.140,70 €	12,17%	12 Passivos Financeiros	- €	1.300.000,00 €	-100,00%
06 Transferências Correntes	5.717.758,79 €	5.739.678,37 €	-0,38%	13 Outras Receitas de Capital	20.880,00 €	34.800,00 €	-40,00%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1.079.120,03 €	1.007.388,67 €	7,12%				
08 Outras Receitas Correntes	579.012,47 €	442.925,13 €	30,72%				
Total	9.175.094,93 €	8.923.070,99 €	2,82%	Total	6.515.184,13 €	8.113.004,18 €	6,58%
Total Geral 2014 15.690.279,06 €							
Total Geral 2013 15.036.075,17 €							

Em contrapartida, estima-se que ocorra um decréscimo da receita corrente, nas rubricas de "Taxas, Multas e Outras Penalidades" e "Transferências Correntes".

De referir ainda, a variação negativa das Transferências de Capital com proveniência do Estado, que apresentam novamente um decréscimo em relação ao ano anterior, em função não só do valor atribuído pelo Estado à rubrica das transferências, que este ano sofreu mais um corte de 3%, mas também em função do valor imputável a correntes e a capital.

Finalmente na rubrica de "Passivos Financeiros", não se inscreveu qualquer valor, uma vez que a utilização do empréstimo de saneamento financeiro de médio e longo prazo contratualizado com a CGD terminou em Julho de 2013, não restando qualquer verba a utilizar no ano de 2014.

Previsão das Despesas

A despesa municipal para 2014, reparte-se do seguinte modo: 9,18 milhões de euros afetos a despesa corrente e 6,52 milhões de euros a despesa de capital.

Em termos globais, prevê-se que a despesa ascenda a 15,7 milhões de euros, o que se reflete num decréscimo de 6%, face ao ano anterior.

Na estimativa da despesa total para 2014, foram consideradas as seguintes despesas:

- Encargos de funcionamento:
 - Despesas com pessoal
 - Aquisição de bens e serviços
 - Outras despesas correntes
- Serviço da dívida
 - Juros
 - Amortizações
- Investimento Global
 - Aquisição de bens de capital (PPI)
 - Transferências de capital (incluindo a delegação de competências nas freguesias)
 - Activos Financeiros
 - Outras Despesas de Capital
- Transferências correntes/Subsídios (incluindo a delegação de competências nas freguesias)

Em termos globais, a **despesa prevista** reparte-se da seguinte forma:

Despesas Correntes				Despesas de Capital			
Rúbricas		2014	%	Rúbricas		2014	%
01	Despesas com Pessoal	3.478.146,65 €	22,2%	07	Aquisição de Bens de Capital	4.736.590,06 €	30,2%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4.117.675,84 €	26,2%	08	Transferências de Capital	253.853,76 €	1,6%
03	Juros e Outros Encargos	362.546,06 €	2,3%	09	Activos Financeiros	32.028,00 €	0,2%
04	Transferências Correntes	1.110.375,52 €	7,1%	10	Passivos Financeiros	1.189.581,55 €	7,6%
05	Subsídios	100,00 €	0,0%	11	Outras Despesas de Capital	303.130,76 €	1,9%
06	Outras Despesas Correntes	106.250,86 €	0,7%	Total		6.515.184,13 €	41,5%
Total		9.175.094,93 €	58,5%				
Total Geral 2013		15.690.279,06 €	100,0%				

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2013, salientando-se as rubricas de "Despesas com Pessoal" e as "Aquisições de Bens e Serviços", que representam, em conjunto, 48,4% do total da despesa estimada para 2014. Face ao ano anterior, as despesas correntes mantêm-se praticamente no mesmo nível, apresentando um acréscimo ao nível das rubricas de "Aquisição de Bens e Serviços" e de "Juros e Encargos financeiros".

As despesas de capital representam cerca de 42% do total da despesa estimada para 2014, tendo neste âmbito especial relevância o aumento verificado na rubrica de "Passivos Financeiros", atendendo ao início da amortização do empréstimo do Programa de Regularização de Dívidas do Estado (PREDE) à Direção Geral do Tesouro e Finanças e ao fim do período de carência do empréstimo de Saneamento Financeiro, uma vez que em 2014 também terá início a amortização do capital deste empréstimo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos.

Considerando uma análise mais detalhada às principais rubricas da despesa, será de destacar para o ano de 2014 a seguinte **estrutura da despesa**:

Resumo Global da Estrutura da Despesa			
Encargos de Funcionamento			
Rúbricas		Valor	%
01	Despesas com Pessoal	3.478.146,65 €	22,2%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4.117.675,84 €	26,2%
06	Outras Despesas Correntes	106.250,86 €	0,7%
Total Encargos Funcionamento		7.702.073,35 €	49,1%
Serviço da Dívida			
Rúbricas		Valor	%
03	Juros e Outros Encargos	362.546,06 €	2,3%
10	Passivos Financeiros	1.189.581,55 €	7,6%
Total Serviço da Dívida		1.552.127,61 €	9,9%
Investimento Global			
Rúbricas		Valor	%
07	Aquisição de Bens de Capital	4.736.590,06 €	30,2%
08	Transferências de Capital	253.853,76 €	1,6%
09	Activos Financeiros	32.028,00 €	0,2%
11	Outras Despesas de Capital	303.130,76 €	1,9%
Total Investimento Global		5.325.602,58 €	33,9%
Restantes Despesas			
Rúbricas		Valor	%
04	Transferências Correntes	1.110.375,52 €	7,1%
05	Subsídios	100,00 €	0,0%
Total Restantes Rubricas		1.110.475,52 €	7,1%
Total Geral		15.690.279,06 €	

No que se refere à despesa total, os encargos de funcionamento absorvem cerca de 49% dos recursos, sendo no entanto de destacar que, face a 2013, este tipo de despesa sofreu um aumento de cerca de 3%, essencialmente pelo ligeiro acréscimo verificado na rubrica de "Aquisições de Bens e Serviços".

No que se refere ao serviço da dívida, no ano de 2014, é expectável que atinja 1,5 milhões de euros, sendo de destacar o aumento verificado na rubrica de "Passivos Financeiros", atendendo ao início da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo do PREDE e do Saneamento Financeiro.

Em termos globais, para o investimento serão canalizados cerca de 34% dos recursos financeiros do Orçamento previsto para 2014, referindo-se, essencialmente, a investimentos contratualizados no âmbito do QREN, bem como outros investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, alguns deles já iniciados no ano anterior.

Serão assim de destacar os seguintes investimentos, considerados de maior valia para a estratégia de desenvolvimento local: "Área de Acolhimento Empresarial da Cruz da Carreira", "Regeneração Urbana", "Sistema Geral de Saneamento do Concelho", "Centro de Promoção e Divulgação dos Produtos Regionais (Requalificação do Mercado Municipal)", "Loja Interativa do Turismo de Castelo de Paiva", "Criação do Parque Urbano da Quinta do Pinheiro" e a "Conservação e Manutenção da Rede Viária do Concelho", incluindo a "Remodelação de Arruamentos Urbanos".

A este nível, será igualmente de referir que a execução dos investimentos em causa será efetuada na exata medida em que forem asseguradas as fontes de financiamento que lhe estão destinadas, sendo de salientar que este esforço estará assente na maximização do aproveitamento das oportunidades de financiamento disponibilizadas pelo QREN.

As transferências correntes, com uma dotação ligeiramente inferior à estimada no ano anterior, englobam, entre outras, as transferências para as freguesias, associações, coletividades e instituições do Concelho de maior relevo social, cultural e desportivo.

Apesar de se manter a tendência para a redução das transferências do Orçamento de Estado para o Município, na componente do FEF, o valor das transferências para as freguesias, no âmbito dos protocolos de delegação de competências com referência à "Limpeza e Manutenção das Vias Municipais", "Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares", "Aquecimento de Edifícios Escolares" e "Transportes Escolares (1.º Ciclo)" mantém-se face ao ano anterior, o que revela um contínuo esforço financeiro significativo da Autarquia no apoio a estes órgãos da administração local, mesmo com a acentuada perda de receita dos últimos quatro anos.

De referir igualmente, o esforço financeiro significativo da Autarquia no apoio às associações, coletividades e instituições do Concelho, no âmbito da ação social educativa, da cultura e do desporto.

